

Henrique VIII e a Reforma Anglicana

João Oliveira Ramos Neto¹

Há dois anos, isto é, em 2008, estreou o filme “A Outra”, dirigido pelo cineasta inglês Justin Chadwick. No Brasil, o sucesso do filme ajudou a divulgar a vida de Ana Bolena (Natalie Portman), esposa de Henrique VIII (Eric Bana), cujo casamento, no século XVI, ilícito aos olhos da Igreja Católica, deu origem à Igreja Anglicana.

No Brasil, os anglicanos se estabeleceram definitivamente em 1890, quando os missionários norte-americanos Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris realizaram o primeiro culto na capital gaúcha. Já no dia 10 de junho de 2009, foi a vez do global Programa do Jô entrevistar o reverendo anglicano Aldo Quintão, cujo sucesso de audiência pode ser constatado pela divulgação da entrevista no sítio do Google, YouTube, cujos vídeos ultrapassam cinco mil visualizações.

Atualmente, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil conta com mais de 100.000 adeptos em todo país. Os anglicanos também foram os antecedentes dos batistas e metodistas. Juntos, formam um grupo com mais de três milhões de seguidores no Brasil. Este artigo, portanto, objetiva fazer alguns apontamentos a respeito da reforma religiosa inglesa do século XVI, promovendo um diálogo entre os autores Justo Gonzalez, Martin Dreher, Guido Zagheni e Carter Lindberg.

O contexto das reformas no século XVI

Antes de abordarmos a reforma inglesa especificamente, é importante contextualizarmos o recorte que fizemos. Na Europa, o século XVI foi marcado por intensas disputas religiosas entre os cristãos. A mais conhecida foi a deflagrada pelo monge agostiniano Martinho Lutero que, em 31 de outubro de 1517, publicou suas 95 teses. Esse evento tornou-se o marco inicial da

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Goiás, Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro e mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

denominada Reforma Protestante, também conhecida como Reforma Luterana. Logo em seguida, ocorreram também as reformas de Calvino, com foco em Genebra, Zwinglio, com foco em Zurique, os anabatistas, com foco em Múnster, a contra-reforma católica, com o concílio de Trento, e a Reforma Anglicana, liderada por Henrique VIII, que, pouco investigada no Brasil, será nosso objeto específico neste artigo.

Já no século XII, na Europa, encontramos uma urbanização que foi intensificada a partir do século XIV. As possibilidades de ascensão social que as cidades ofereciam atraíram muitos moradores novos. No entanto, nem todos esses novos moradores foram beneficiados, resultando, no século XVI, em um enorme número de marginalizados urbanos. Mesmo assim, a urbanização proporcionou também uma drástica mudança na economia, quando a base agrária foi sendo substituída pelo comércio e pela economia monetária.

Além da urbanização e do desenvolvimento do comércio, a Europa do século XVI se recuperava da crise causada pela fome nos séculos anteriores. Após uma fase de prosperidade A, a Europa ocidental entrou numa fase B depressiva, que se estenderia até princípios do século XVI. Ou seja, o incremento da produção de alimentos durante a fase A serviu de nutriente para o aumento da população que, na fase B, superou a base agrária que a possibilitara. Isso fez com que, no século XVI, grande parte da população passasse por fome e escassez.

Além do problema da fome, a Europa também era severamente afetada pelas pestes. Interessante que os problemas que afligiam a Europa estavam interligados com as mudanças. Isto é, a mudança com a passagem da população para as cidades fez com que a concentração urbana de pessoas difundisse as doenças de forma mais rápida e eficaz.

Apesar de ter sido mais intensa no século XIV, no século XVI, durante as reformas, tais pestes não tinham deixado de ser um perigo real. Como se não fosse suficiente os problemas causados pela fome e pelas doenças, para agravar ainda mais a realidade, vieram as guerras. Em 1453, 64 anos antes da explosão da Reforma de Lutero, chegava ao fim a Guerra dos Cem Anos, travada entre as monarquias francesas e inglesas. Junto com as guerras entre as coroas, havia também as revoltas de camponeses marginalizados e explorados pelos príncipes. Ambas, isto é, as guerras e as revoltas, não

deixavam de estar interligadas. As guerras entre as coroas aumentavam as despesas. Com maiores despesas, os camponeses eram sobrecarregados com maiores taxas de impostos, o que, por sua vez, contribuía para o descontentamento e insatisfação.

Ou seja, com a realidade da fome, da peste, das guerras e das revoltas, as pessoas estavam vivendo diretamente com o medo e a ameaça da morte constantemente. Tal vivência despertava um grande sentimento de culpa nas pessoas, que acreditavam estarem vivenciando castigos e punições divinos pelos seus pecados. É necessário ressaltar, porém, que também ocorreram mudanças positivas no período. Entre elas, destacamos, por exemplo, a invenção da máquina de impressão. Também foi no início do século XV que houve o florescimento da mineração, que favoreceu a mudança para a economia monetária, uma vez que a descoberta de minas de pratas proporcionava uma maior possibilidade de cunhagem de moedas.

Todo esse contexto, relacionado com a religiosidade das pessoas, esclarece que um dos problemas surgidos era que diante da realidade intensa da morte, a Igreja Católica já não conseguia mais manter o controle de outrora, por não responder às novas questões que eram levantadas pelas pessoas. A atitude de Roma foi justamente o contrário do que a população necessitava para acalmar-se: Diante do medo da morte e, conseqüentemente, do inferno, as pessoas – aquelas que tinham condições financeiras para isso - começaram a adquirir as relíquias indulgências. As pessoas de menos condições financeiras desesperavam-se cada vez mais. Por isso, no final do século XV, além de não conseguir mais responder aos anseios da população, a Igreja Católica estava imersa numa crise de credibilidade, pois o seu clero estava desacreditado.

Um exemplo da crise de credibilidade era a atitude do papa Alexandre VI (1431-1503) que, com a sua conduta moral, aumentou o ódio da população contra o clero romano. Outros papas posteriores também passaram a aumentar os gastos do alto clero. Júlio II (1443-1513), que sucedeu Alexandre VI, construiu a atual Basílica de São Pedro, no Vaticano. A crescente necessidade de dinheiro causou o surgimento da doutrina das indulgências, isto é, que era necessário o fiel pagar uma doação em dinheiro para que a sua alma ou a alma

de um ente querido que já tivesse falecido pudesse ir para o paraíso além-túmulo.

Foi assim que, no papado de Leão X (1475-1521), Lutero escreveu as suas 95 teses, sendo que a grande maioria dos pontos condenava as indulgências, isto é, uma teoria baseada no desenvolvimento teológico do século XIII, segundo a qual, as boas obras excedentes dos santos era um tesouro de posse da Igreja. Esclarecido o contexto das reformas, passemos especificamente à análise da Reforma Anglicana na ótica do primeiro autor.

Justo Gonzalez

Justo Gonzalez é um teólogo metodista naturalizado norte-americano. Ele é professor de História da Igreja em faculdades estadunidenses e autor de um manual introdutório de dez volumes intitulado “E até aos confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo”, traduzido e publicado no Brasil pela editora Vida Nova que, em 2009, disponibilizou a 13ª reimpressão da edição de 1995. O volume seis, “A era dos reformadores”, dedica um capítulo especial à reforma anglicana.

Sua obra, factual e narrativa, ausente de um embasamento teórico sólido – que muitas vezes também o torna anacrônico – e de documentação, mas bastante didática, não deixa de apresentar informações relevantes. Entre elas, a primeira preocupação de Gonzalez é informar que no século XVI, a Grã-Bretanha estava dividida em dois reinos: “o da Inglaterra, sob o regime dos Tudor, e a Escócia, cujos soberanos pertenciam à dinastia dos Stuart” (Gonzalez, 1995: 121). Tal divisão, para Gonzalez, foi responsável por duas reformas distintas: “as relações entre os dois países tinham sido muito tensas por longo tempo e, conseqüentemente, a Reforma seguiu na Escócia um curso distinto do que tomou na Inglaterra” (Gonzalez, 1995: 121).

Gonzalez também esclarece as tensões políticas do momento: A Inglaterra de Henrique VII aliou-se à Espanha, contra a França. Para fortalecer tal aliança, Henrique VII propôs o casamento entre seu filho Artur, primogênito e herdeiro do trono, com a princesa espanhola Catarina de Aragão (Gonzalez, 1995: 121). No entanto, quatro meses depois, Artur faleceu e os pais de Catarina propuseram o casamento dela com o novo herdeiro do trono e irmão

de Artur, Henrique, que se tornaria Henrique VIII (Gonzalez, 1995: 122). O problema, segundo Gonzalez, é que o direito canônico proibia que alguém se casasse com a viúva de seu irmão e, para a concretização de tal projeto, foi necessário obter uma dispensa papal (Gonzalez, 1995: 125).

Da união entre Henrique VIII e Catarina de Aragão, esperava-se o nascimento de um novo herdeiro para o trono. O casamento, que de fato ocorreu - mesmo contra o direito canônico, mas com uma dispensa papal extraordinária - foi caracterizado pela dificuldade de gerar um herdeiro para o trono de Henrique VIII. Sobre isso, Gonzalez informa que quando, diante da morte dos bebês que nasciam, somente uma filha sobreviveu - Maria Tudor, pareceu para eles ser isso um castigo, sinal da ira divina pelo casamento incorreto (Gonzalez, 1995, 125).

Dessa forma, para Gonzalez, restou a Henrique VIII pedir para Roma a anulação do seu matrimônio com Catarina, que o tornaria livre para um novo casamento: “Segundo o que parece, ao fazer sua primeira petição de anulação, o Rei não estava enamorado de Ana Bolena e, portanto, o que o motivava eram razões do Estado e não do coração” (Gonzalez, 1995: 124). Gonzalez informa ainda que pedidos ao papa de anulações de casamentos eram relativamente frequentes e o papa podia concedê-las por diversas razões: “Neste caso, o que se argumentava era que, apesar da dispensa papal, o matrimônio de Henrique VIII com a viúva de seu irmão não era lícito e, portanto, tinha sido sempre nulo” (Gonzalez, 1995: 124).

Conceder tal dispensa para Henrique VIII, para Gonzalez, era um problema para o papa, Clemente VII, não somente por ferir o direito canônico, mas porque Clemente VII dependia de favores e do apoio do imperador Carlos V - sobrinho de Catarina de Aragão - que, entre outros, lutava contra protestantes no Sacro-Império Romano-Germânico. Por isso, “Henrique VIII seguiu um caminho que não podia levar a outro lugar senão a um rompimento definitivo com Roma” (Gonzalez, 1995: 125).

Outros personagens também receberam destaque de Gonzalez. Um deles foi Tomas Cranmer (é também característico de Itamir N. Sousa, tradutor da obra de Gonzalez, o “aportuguesamento” dos pré-nomes), arcebispo de Canterbury, que teria sugerido a Henrique VIII consultar as principais universidades católicas - Paris, Oxford, Cambridge - para obter respaldo em

afirmar que o seu casamento com Catarina de Aragão não tinha validade de fato (Gonzalez, 1995: 124). Por outro lado, Tomas Moore, chanceler do reino, opôs à proposta de dissolução do casamento e à proposta de Henrique tornar-se chefe da Igreja na Inglaterra, o que causou seu aprisionamento e execução (Gonzalez, 1995: 125).

Thomas Moore tornou-se chanceler em 1529 e assim permaneceu por dois anos e meio. Apesar de não encontrarmos mais informações sobre ele em Gonzalez, podemos encontrá-las em Zagheni, autor que apresentaremos e aprofundaremos adiante. Assim, ele destaca que Moore cultivou estudos e amizades, inclusive com o humanista Erasmo de Rotterdam, e escreveu “páginas ascéticas, obras polêmicas e refutações das teses sacramentais de Lutero” (Zagheni, 1999: 148). Em 1516 publicou “Utopia”.

Inicialmente não havia simpatia da parte de Henrique VIII para com os protestantes do continente. Inclusive, recebeu do papa Leão X o título de “defensor da fé” por um trabalho composto contra Lutero (Gonzalez, 1995: 125). Quem nutria simpatia pelos protestantes era Tomas Cranmer: “As idéias luteranas (...) circulavam por todo o país, e os que as sustentavam se alegravam de ver o distanciamento progressivo entre o Rei e o papa” (Gonzalez, 1995: 125) e “havia muitos na Inglaterra que criam que era necessário reformar a igreja e que viam em todos esses acontecimentos uma grande oportunidade para fazê-lo” (Gonzalez, 1995, 127). “O principal deles, e certamente não o único, era Tomas Cranmer” (Gonzalez, 1995, 127).

Em 1534 ocorreu o rompimento definitivo entre Henrique VIII e Roma. O parlamento promulgou leis proibindo o pagamento das anuidades e de outras contribuições a Roma e declarou que o matrimônio de Henrique VIII com Catarina não era válido - conseqüentemente, Maria Tudor não era mais a herdeira do trono (Gonzalez, 1995: 125). Henrique VIII tornou-se o cabeça suprema da Igreja da Inglaterra e foi declarado “traidor todo o que se atrevesse a dizer que o Rei era cismático ou herege” (Gonzalez, 1995: 125).

Uma vez anulado o casamento com Catarina de Aragão, Henrique VIII casou-se com Ana Bolena (que também não conseguiu um herdeiro, senão uma filha - Elizabeth Tudor) que posteriormente foi acusada de adultério e executada. Henrique VIII casou-se com Jane Seymour, que finalmente lhe deu um herdeiro, Eduardo Tudor, futuro Eduardo VI. Após a morte de Jane

Seymour, Henrique VIII casou-se ainda com a luterana Ana de Cleves (cunhada de Frederico, da Saxônia), com a conservadora Catarina Howard e finalmente com Catarina Parr. Claro que todos esses casamentos tiveram suas articulações políticas.

Quando se casou com Ana de Cleves, Henrique tentou inutilmente estabelecer uma aliança com os luteranos alemães, pois se sentia ameaçado por Carlos V (Gonzalez, 1995: 127). Por outro lado, o casamento com Catarina Howard “trouxe um novo período de dificuldades para o partido reformista” (Gonzalez, 1995: 127). Nesse período, Henrique VIII rompeu completamente com os luteranos e aliou-se a Carlos V para juntos invadirem a França. Desfeita a aliança, Henrique VIII casou-se com Catarina Parr, que também era partidária das reformas.

Segundo Gonzalez, durante esse período, “as idéias reformadoras iam-se posicionando no país” (Gonzalez, 1995:128) e cita, como exemplo, que Cranmer “tinha feito traduzir a Bíblia para o inglês e colocada em cada igreja, onde todos pudessem lê-la” (Gonzalez, 1995: 128). Conforme Dreher - que veremos adiante - a tradução se deu por William Tyndale que, com a posterior revogação do decreto que determinou que a versão inglesa da Bíblia ficasse exposta nos templos, Tyndale “fugiu para o continente, foi preso pela Inquisição na Antuérpia e estrangulado. Seu cadáver foi queimado” (Dreher, 2006: 107).

Martin Dreher

Martin Dreher, brasileiro, é um teólogo e historiador luterano, professor do programa de pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, no Rio Grande do Sul, e autor de uma coleção de História da Igreja dividida em quatro volumes, publicados pela editora Sinodal. O terceiro volume, “A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma”, foi publicado pela primeira vez em 1996 e em 2006 teve a impressão da quarta edição.

Na introdução, Martin Dreher destacou a importância do estudo da Reforma: “os acontecimentos do século XVI, ocorridos basicamente na Europa, gestaram o tipo de cristianismo que veio transplantado para a América Latina” (Dreher, 2006: 5). Assim, afirma também que, como latino-americanos

contemporâneos, nossa história “está permeada de luta por tolerância, mas está profundamente marcada pela intolerância, o que tem levado alguns ao ceticismo e outros ao fanatismo” (Dreher, 2006:5) e, por isso, segundo ele, “é bom olharmos o século XVI para nos entendermos” (Dreher, 2006:5). Em sua obra, também dedica um capítulo para o estudo da Reforma Anglicana, ressaltando que, no período, houve um descontentamento da população com o clero, e não com a religião (Dreher, 2006: 106).

Semelhante a Gonzalez, Dreher também inicia informando o casamento do príncipe Artur com Catarina de Aragão, filha de Fernando e Isabel da Espanha. Acrescenta, no entanto, a idade deles: Artur faleceu aos 15 anos de idade, deixando Catarina viúva aos 17 (Dreher, 2006: 105). Dreher também explica porque o direito canônico proibia o casamento da viúva Catarina com o cunhado Henrique. Tratava-se de uma fundamentação no texto bíblico de Levítico 20,21 que, descontextualizado, informa apenas que “se um homem tomar a mulher de seu irmão, imundícia é” (Dreher, 2006:105). O texto de Levítico, porém, faz proibição em caso do irmão ainda estar vivo. Em caso de viuvez, o livro de Deuteronômio prescreve que seria dever do irmão vivo casar-se com a esposa do irmão falecido, conforme Dt 25,5-6 (Zagheni, 1999: 154).

Assim, seis anos depois, Henrique (1509-1547), aos 17 anos, casou-se com Catarina de Aragão, que estava com 23 anos. Dreher destaca que a diferença de idade entre eles também foi importante na hora de pedir a anulação do casamento: “Aos 42 anos, seis anos mais velha do que o esposo, Catarina não poderia ter filhos. Foi esta a razão usada por Henrique para tentar obter o divórcio da mulher” (Dreher, 2006: 105). No período em que estiveram casados, Catarina tivera seis crianças (segundo Zagheni, duas mulheres e quatro homens), sendo que apenas Maria sobrevivera. Para Dreher, não havia problema, uma vez que a lei inglesa não impedia uma sucessão dinástica feminina (Dreher, 2006: 105).

Para Dreher, os seis casamentos de Henrique VIII, sendo três esposas decapitadas, não podem ser explicados por uma questão de uma possível “sexualidade desenfreada” como muitas vezes ouve-se no senso comum. “Se seu problema fosse descontrole sexual, não precisaria ter casado tantas vezes. Déspotas sempre souberam aproveitar-se do sexo feminino sem casar” (Dreher, 2006:106). A questão era política: “Henrique VIII necessitava de um

herdeiro legítimo, e este só podia ser conseguido num casamento legítimo” (Dreher, 2006: 106). Lembrando que o Duque de Richmond era seu filho bastardo e Ana Bolena recusava-se tornar-se apenas concubina.

Para Dreher, porém, discordando de Gonzalez, havia interesse por parte de Clemente VII em anular o casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão, uma vez que Carlos V, sobrinho de Catarina, era seu inimigo político (Dreher, 2006:106). O problema é que, uma vez que o casamento só foi consentido por uma dispensa extraordinária concedida por seu antecessor, Júlio II, anulá-lo colocaria em xeque a credibilidade da infalibilidade papal, já ameaçada por Lutero. Logo, porém, Carlos V venceu Francisco I da França e Clemente VII tornou-se seu refém. Talvez por isso Gonzalez afirma categoricamente a posição de Clemente VII influenciada por Carlos V.

Dreher também destaca a ação de alguns personagens. Além de Tomas Moore, chanceler do reino, citado por Gonzalez como contrário à anulação do casamento de Henrique com Catarina, Dreher cita Tomas Wolsey, antecessor de Tomas Moore, bem como Tomas Cromwell, seu sucessor. Dreher destaca que Cromwell era comerciante e, por isso, pôde contar com a burguesia - descontente com o envio de recursos para Roma - em apoiar o rompimento de Henrique VIII (Dreher, 2006: 106).

Dessa forma, através do “Ato de supremacia” publicado em 3 de novembro de 1534, Henrique fundou a Igreja Anglicana. Nesse documento, ele não alterava a doutrina católico-romana, apenas rompia politicamente com Roma, dando ao imperador o título de chefe da Igreja da Inglaterra (Dreher, 2006: 107). Henrique divorciou-se de Catarina e casou-se com Ana Bolena. Maria Tudor, filha do primeiro casamento, foi declarada bastarda. O papa, que passara a ser chamado pelos ingleses de “bispo de Roma”, excomungou Henrique VIII e em 1536 o parlamento determinou o confisco dos conventos ingleses, que passaram a ser propriedade da nobreza (Dreher, 2006: 107).

Depois da execução de Ana Bolena, Henrique VIII casou-se com Joana Seymour. Quando, dela, nasceu Eduardo VI, Elizabeth, filha de Ana Bolena, também foi declarada bastarda. Após a morte de Joana Seymour, Dreher informa algo curioso: O chanceler Cromwell sugeriu a Henrique casar-se com Ana de Cleves, convencendo-o por meio de uma pintura de Holbein. Mas Henrique, ao vê-la pela primeira vez, “constatou que ela não correspondia à

pintura de Holbein” (Dreher, 2006: 107) e, por isso, “divorciou-se e mandou-a de volta” (Dreher, 2006: 107). Sobre isso, Gonzalez não informou que Joana Seymour faleceu por ocasião do parto (Dreher, 2006: 107) e Dreher não informou que Henrique mandou decapitar Cromwell (Gonzalez, 1995: 127).

Guido Zagheni

Guido Zagheni, italiano, é um teólogo católico e professor de História da Igreja no Instituto Superior de Ciências Religiosas de Milão. Ele é autor do terceiro volume – A Idade Moderna - da coleção “curso de História da Igreja”, que em 1999 foi traduzido e publicado no Brasil pela editora Paulus. Ele também, em sua obra, dedicou um capítulo especial à Reforma Anglicana. Bem ao contrário de Gonzalez, Zagheni não se preocupa em narrar os fatos e acontecimentos de forma didática, mas partindo do pressuposto que o elementar já é conhecido do leitor, preocupa-se em explicá-los.

Dessa forma, logo na introdução, Zagheni preocupa-se em esclarecer que a Reforma Anglicana não se trata de uma reforma da Igreja, mas propriamente de um cisma (Zagheni, 1999: 142). Da mesma forma, o “Ato de supremacia” decretado por Henrique VIII, foi uma “demonstração de força de um absolutismo crescente que quer impor o próprio poder sobre todos os poderes feudais concorrentes ou inferiores” (Zagheni, 1999: 143) e ainda, dado que “a Igreja detém uma grande força, inclusive financeira, entra automaticamente na mira do despotismo absolutista” (Zagheni, 1999: 143).

Zagheni explica também que a hostilidade dos ingleses pelo clero romano se dada também em função das *annate*, tributo que os ingleses pagavam a Roma e que, ironicamente, no século XIV, era revertido à França para financiar a guerra contra os próprios ingleses (Zagheni, 1999: 143). Além disso, a família Tudor subiu ao trono como conciliadores bem-sucedidos depois de anos de guerra entre Lancaster e York (Zagheni, 1999: 144). Ações como essas, para Zagheni, explicam porque no século XVI encontramos uma “tendência para uma Igreja nacional, que sempre esteve presente na cristandade inglesa” (Zagheni, 1999: 143).

Zagheni também informa que o território inglês, no século XVI, estava dividido em 17 dioceses, com 8.070 paróquias, agrupadas em duas províncias

eclesiásticas: Canterbury e York (Zagheni, 1999: 144). E ainda: “O clero diocesano conta com cerca de 10 mil membros, para um total de 3 milhões de habitantes, e só uma minoria dele é culta” (Zagheni, 1999: 144). Como lemos acima, Gonzalez nos informou que Cranmer era arcebispo de Canterbury. Sobre isso, Zagheni explica: “O episcopado era considerado um prêmio, por isso o bispo continua fiel servidor do rei” (Zagheni, 1999: 144).

Além de Tomas Moore e Tomas Cromwell, Zagheni apresenta outros personagens, como John Fisher, que lutara para “afastar do reino o perigo do luteranismo, que se espalha por toda a Inglaterra graças à literatura clandestina proveniente da Alemanha” (Zagheni, 1999: 151). Também, por se opor ao projeto de divórcio de Henrique VIII, foi executado em 1535 (Zagheni, 1999: 151).

Em 1509, Henrique VIII tornara-se rei dos ingleses. Segundo Zagheni, sua primeira ação foi fechar “o Parlamento por cerca de 14 anos, até perceber que podia se valer dos sentimentos anticlericais do Parlamento para impor-se ao clero do país” (Zagheni, 1999: 153). Em 1531, a pedido de Ana Bolena, Henrique VIII decidiu afastar Catarina da corte e enviá-la ao campo (Zagheni, 1999: 157).

Durante os 38 anos de reinado de Henrique VIII (1509 – 1547), vários nomes e cargos foram constantemente alterados. O de chanceler, por exemplo, foi alvo de grandes confrontos. O conservador John Fisher (executado em 1535 por discordar do “Ato de submissão” e do “Ato de supremacia”) era contrário à anulação do casamento de Henrique VIII com Catarina e também contrário ao rompimento com Roma, foi sucedido pelo reformista Tomas Wolsey (executado em 1529 por traição). Este, por sua vez, foi sucedido pelo humanista Tomas Moore (executado em 1535 também por discordar do “Ato de supremacia”), também contrário à anulação do casamento e rompimento com Roma, sucedido pelo reformista Tomas Cromwell (executado em 1540 por propor um casamento desastrado), que levou a cabo o rompimento com Roma (Zagheni, 1999: 160).

Nem todos foram afastados por imediata execução. Thomas Moore, por exemplo, em 16 de maio de 1532, três anos antes de sua execução, pediu demissão do cargo de chanceler por estar em desacordo com o “Ato de Submissão” apresentado no dia anterior por 14 - dos 15 – bispos do reino, no

qual eles comprometiam-se a não tomar decisões sem o consentimento do rei. Isso era a resposta deles, temerosos, ao pedido feito por Henrique VIII cinco dias antes para que renunciassem ao poder legislativo que ainda tinham. Moore pediu demissão do cargo de chanceler um dia depois da deposição do único bispo contrário ao “Ato de Submissão”, o ex-chanceler John Fisher. Zagheni conta que, na ocasião da execução de Fisher, o papa tentou salvá-lo, nomeando-o cardeal, ao que Henrique VIII teria respondido: “O chapéu eu o colocarei sobre os ombros dele, porque cabeça não terá mais” (Zagheni, 1999: 162).

Zagheni também informa que o “Ato de supremacia”, documento que, como vimos, consumou o rompimento com Roma, decretava que “o rei, nosso soberano (...) seja reconhecido, aceito e considerado como o único e supremo chefe da Igreja inglesa, ou *anglicana Ecclesia*” (Zagheni, 1999:161), de onde originou-se o nome Igreja Anglicana. Zagheni esclarece também que o “Ato de supremacia” decreta que “o rei é chefe da Igreja, mas não sacerdote” (Zagheni, 1999: 161).

Por fim, Zagheni apresenta e analisa documentos que demonstram a alternância de lados de Henrique VIII entre católicos e protestantes. Nos anos imediatos ao divórcio com Catarina (1534-1539), Henrique VIII teria demonstrado abertura às doutrinas protestantes, pois introduziu a Bíblia em inglês na liturgia, permitiu a eleição de três bispos protestantes e aprovou os dez artigos de fé luterana (Zagheni, 1999: 164). Em 1539, Henrique VIII deu uma nova guinada, dessa vez conservadora, aprovando seis artigos favoráveis a doutrinas católicas, como a transubstanciação e o celibato do sacerdócio (Zagheni, 1999: 165).

Carter Lindberg

Carter Lindberg é um teólogo alemão e professor de História Eclesiástica na Universidade de Boston. Escreveu a exaustiva obra “As Reformas na Europa”, traduzida e publicada no Brasil em 2001 pela editora Sinodal. Ele começa analisando a historiografia sobre os movimentos religiosos do século XVI e conclui o livro com uma reflexão sobre o legado religioso, cultural e social das reformas. Esgotar sua pesquisa neste artigo seria por demais interessante,

mas impossível, devido a extensão dela. Deteremo-nos no capítulo específico que ele reservou à Reforma Anglicana.

Logo no início, Lindberg analisa e critica a historiografia que reduz a Reforma Anglicana a ato de decretos estatais de governantes. Ele afirma que “fontes diferentes dos registros estatais ilustram o fato de que nem a Inglaterra e nem a Escócia estavam isoladas das Reformas do continente europeu” (Lindberg, 2001:368) e, ainda, afirma também que “o início e avanço de idéias e convicções reformatórias não começaram por ações régias nem dependeram completamente delas” (Lindberg, 2001: 368). Essas fontes, para Lindberg, informam que “havia muito material anticlerical às vésperas da Reforma que os primeiros protestantes não hesitaram em usar em seu interesse” (Lindberg, 2001: 370). Por isso, esses ressentimentos ingleses contra o clero “constituíram um solo fértil para a pregação e a doutrina luteranas que entraram na Inglaterra por volta de 1520 (Lindberg, 2001: 370).

Se Gonzalez, como vimos acima, nos informou que Henrique VIII, por sugestão de Cranmer, consultou as universidades, é Lindberg que informa que Henrique VIII também chegou a consultar Lutero, o qual respondeu negativamente ao pedido de dissolução do casamento (Lindberg, 2001: 372). Essa informação aparece quando Lindberg apresenta a participação de Roberto Barnes, importante erudito como veremos.

Já em 12 de maio de 1521, Lutero foi excomungado pelo cardeal Wolsey e seus escritos foram anatematizados (Lindberg, 2001: 370). Ao longo da década de 1520, simpatizantes das idéias luteranas se reuniam na “Estalagem do Cavallo Branco”, em Cambridge, apelidada de “Pequena Alemanha” (Lindberg, 2001: 371). Roberto Barnes era um prior agostiniano, líder do grupo de Cambridge, que diante da ameaça de morte, fugiu para o continente e trabalhou com Lutero na década de 1530. Foi nesse contexto que Barnes trouxe para Henrique a mensagem de Lutero contrária à dissolução do casamento de Henrique com Catarina (Lindberg, 2001: 372).

Ainda que, inicialmente, como vimos, Henrique VIII tivesse sido um defensor da fé católica contra a ameaça luterana, a resposta negativa de Lutero não impediu uma aproximação de Henrique com os luteranos em 1538. Como vimos, após a morte de Jane Seymour, Henrique VIII, por sugestão de Tomas Cromwell, casou-se com a luterana Ana de Cleves. Lindberg explica:

“No final de 1538, o papa havia excomungado Henrique e apelado para Francisco I e Carlos V para que preparassem uma cruzada contra a Inglaterra” (Lindberg, 2001: 372). Daí que, esse “é o contexto do interesse de Henrique em aderir à Liga de Esmalcalda e numa aliança matrimonial com o duque luterano de Cleves por meio de sua irmã Ana” (Lindberg, 2001: 372).

Para Lindberg, disso resultaram ligações frenéticas à Alemanha, pois a proposta de aliança não se concretizou de fato, mas “o esforço de Henrique em forçar uma aliança com os luteranos alemães proporcionou ao protestantismo na Inglaterra uma inédita pausa para tomar fôlego” (Lindberg, 2001: 372). Essa aproximação influenciou a redação dos “Trinta e Nove Artigos”, publicados no reinado de Elizabeth I e base da doutrina anglicana até hoje. Por hora, porém, ao mesmo tempo em que a proposta de aliança com os luteranos não dera certo (Henrique VIII recusava-se à exigência de assinar a Confissão de Augsburg) e a ameaça internacional diminuía, “Henrique decidiu que estava na hora de criar unidade religiosa na Inglaterra. Sua determinação de erradicar a não conformidade levou ao Ato dos Seis Artigos” (Lindberg, 2001: 373) que, como já vimos, reafirmou o dogma católico romano. “Com esse fim que teve o flerte de Henrique com o luteranos e o colapso das negociações, Barnes tornou-se dispensável” (Lindberg, 2001: 373).

Lindberg explica também que além de traduzir a Bíblia, Tyndale também traduzia os escritos de Lutero (Lindberg, 2001: 374). Por isso, “Nem mesmo a reação católica de Henrique VIII em seus últimos anos de vida conseguiu deter o avanço do protestantismo” (Lindberg, 2001: 375). E embasa sua afirmação: “A fraseologia religiosa contida em testamentos da época indica o declínio do culto aos santos e o avanço de convicções protestantes” (Lindberg, 2001: 375).

Lindberg concorda com Zagheni quando afirma que a “ruptura de Henrique com Roma não foi de natureza teológica, mas pessoal e política” (Lindberg, 2001: 376). Lindberg também explica que os constantes casamentos de Henrique VIII não eram motivados por questões sexuais, mas por sua preocupação em dar estabilidade e prestígio à recém-criada casa dos Tudor. Preocupação essa que vinha do seu pai, quando propôs o casamento de Artur com Catarina. “Tem-se sustentado que seu crescente desejo de livrar-se de Catarina e casar de novo era motivado (...) primordialmente pela preocupação com a estabilidade do reinado dos Tudor” (Lindberg, 2001: 377). Daí que, como

vimos em Dreher, acima, mesmo que a lei inglesa não impedisse uma sucessão feminina, o momento especial de legitimação exigia um herdeiro para o trono, a fim de evitar novas guerras internas entre os ingleses.

Lindberg também faz alguns esclarecimentos importantes. Em 1533 o tribunal inglês concedeu a dispensa para anulação do casamento de Henrique com Catarina. Como resposta, o papa respondeu com a excomunhão de Henrique. Este, por sua vez, em 1534, publicou o “Ato de supremacia”, que “foi uma ruptura constitucional com a autoridade papal, não uma introdução do protestantismo” (Lindberg, 2001: 378). Tomas Moore perdeu a cabeça por recusar-se a concordar com tal documento, mas segundo Lindberg, a decapitação não era algo tão simples, como vemos nos filmes: “Não era comum que carrascos inexperientes precisassem de dois ou mais golpes para cumprir sua tarefa” (Lindberg, 2001: 379).

Ana Bolena, segundo Lindberg, foi catalisadora do protestantismo na Inglaterra (Lindberg, 2001: 380). Ela também teve o azar de não dar um herdeiro para Henrique, posto que seus filhos também foram abortados. Seu casamento só permaneceu durante a vida de Catarina, uma vez que repudiar Ana implicaria a validade do casamento com Catarina (Lindberg, 2001: 381). Por isso, Catarina morreu em janeiro de 1536 e em 17 de maio do mesmo ano, Cranmer declarou nulo o casamento de Ana. Dois dias depois ela foi decapitada, acusada de adultério e incesto: “Sua culpa ou inocência em relação a essa acusação continua sendo uma questão disputada” (Lindberg, 2001: 381).

Considerações finais

Depois de analisarmos os quatro autores supracitados e constatarmos que entre eles não há significativas divergências, podemos, com base no que por eles foi exposto, elaborar uma síntese do recorte que fizemos. Podemos perceber, por exemplo, que a Reforma da Igreja na Inglaterra foi determinada por Henrique e seus casamentos, mas não somente por isso. As reformas de Henrique VIII foram possíveis por terem o apoio de uma população já há tempos descontente com a interferência do clero romano. Percebe-se, portanto, que os ingleses vivenciaram algo bastante parecido com os alemães,

isto é, o apoio popular de um protonacionalismo a um programa de reformas religiosas. Os conflitos internacionais faziam com que tanto Henrique VIII como o papa estivessem constantemente mudando de lado. No entanto, ao mesmo tempo, a literatura e as idéias luteranas infiltravam-se cada vez mais entre os ingleses, fazendo com que a população cada vez mais se distanciasse do clero romano.

Uma vez que a conquista da coroa pelos Tudor era recente, Henrique VIII estava preocupado em ter um herdeiro para o trono a fim de evitar conflitos internos durante a sucessão e legitimar sua dominação. Tendo essa motivação como principal catalisadora, conseguiu divorciar-se de Catarina de Aragão para casar-se com Ana Bolena. Mesmo assim, não conseguiu seu herdeiro até casar-se com a terceira esposa, Jane Seymour, que morreu no parto.

Sem o apoio do papa e de outros membros do clero e da nobreza, Henrique VIII autoritariamente forçou um rompimento com a Igreja Católica por meio do decreto denominado “Ato de Supremacia”, que o tornou chefe da nova Igreja Anglicana, custando-lhe a excomunhão por parte do papa e a morte do ex-chanceler Tomas Moore. Se o decreto de Henrique VIII rompeu com a dominação romana, por outro lado, manteve a doutrina católica. Esta só seria modificada no reinado de seus herdeiros. Henrique morreu em 27 de janeiro de 1547 e a sucessão, de acordo com o seu testamento, passou para seus filhos Eduardo, Maria e Elizabeth. Este período, no entanto, será objeto de artigo posterior.

Referências Bibliográficas

DREHER, Martin. A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma. 4ª Ed. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

GONZALEZ, Justo L. E até os confins da Terra: Uma história ilustrada do Cristianismo. São Paulo: Vida Nova, 1995.

LINDBERG, Carter. As Reformas na Europa. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

ZAGHENI, Guido. A Idade Moderna: Curso de História da Igreja. São Paulo: Paulus, 1999.